

**EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NO
MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO (TO): CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-
METODOLÓGICAS**

*EXPANSION OF AGRIBUSINESS AND SUBORDINATION PEASANT IN
MUNICIPALITY OF PEDRO AFONSO (TO): THEORETICAL METHODOLOGICAL
CONSIDERATIONS*

Sebastião de Souza Oliveira¹

RESUMO:

O uso do Cerrado tocantinense para fins de atividade agrícola é uma realidade que tem despertado a atenção de pesquisadores de diversas concepções. Já é bastante consolidada a pesquisa para potencializar cada vez mais o capitalismo no campo. Citam-se como protagonistas a iniciativa privada e a pública através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Outra fonte de pesquisa, menos incisiva, vem também se materializando através de pesquisas acadêmicas na universidade pública. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa qualitativa em Geografia e compreender, como centralidade na pesquisa, os sujeitos; ao mesmo tempo, levar à apreciação da comunidade geográfica e demais pesquisadores o desafio de compreender o objeto em constante transformação. Sequencialmente apresentamos o município de Pedro Afonso, enquanto estudo em andamento, a problematização do capitalismo empresarial no campo e apontamentos embasados no diálogo com autores que tratam da questão do trabalho de campo, com foco na produção de dados para pesquisa. O tratamento mais geral, tendo em vista a necessidade de o leitor ampliar e aproveitar a prática da pesquisa em outras temáticas dentro da Geografia e ciências afins, é patente neste artigo como resultado e contribuição.

Palavras chave: Geografia. Cerrado. Agricultura Empresarial. Trabalho de Campo.

ABSTRACT:

The use of Tocantins Cerrado for farming purposes is a reality that has attracted the attention of researchers from different concepts. It is quite consolidated research to enhance increasingly capitalism in the field. are mentioned as protagonists the private sector and the public through the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA). Another source of research, less incisive, also comes materializing through academic research in the public university. This article aims to reflect on the possibility of development of qualitative research in Geography and understand how central the research subjects; at the same time, lead to assessing the geographic community and other researchers the challenge of understanding the object in constant transformation. Sequentially we present the municipality of Pedro Afonso, while ongoing study, the questioning of entrepreneurial capitalism in the field and grounded in notes with authors who dialogue address the issue of fieldwork, focusing on production data for research. The more general treatment, given the need for the reader to expand and take advantage of the practice of research on other themes in geography and related sciences, it is clear in this article as a result and contribution.

Keywords: Geography. Thick. Corporate Agriculture. Fieldwork.

¹Professor da Rede Pública Municipal de Palmas – TO. Doutorando pela UNESP Campus de Presidente Prudente São Paulo. Email: sebastiaoooli@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo trazemos uma reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento da pesquisa qualitativa em Geografia. Trata-se de um exercício em levar à apreciação da comunidade geográfica, e demais pesquisadores, o desafio de compreender o objeto em constante transformação.

Todavia, a maneira como precisam ser interpretados os elementos de uma pesquisa: teoria-objeto-sujeitos-método-metodologia obedecem a uma lógica própria e nos coloca diante de um exercício de vislumbrar caminhos que não nos façam perder a realidade, ou seja, as dimensões do político, econômico e cultural em constante movimento.

Já é bastante consolidada a pesquisa para potencializar cada vez mais o capitalismo no campo. Citam-se como protagonistas a iniciativa privada e a pública através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Outra fonte de pesquisa, menos incisiva, vem também se materializando através de pesquisas acadêmicas na universidade pública.

Nesse sentido, estão estruturados os seguintes tópicos, permeados com os pressupostos da questão agrária no município de Pedro Afonso Estado do Tocantins: a apresentação do objeto segundo as referências, a problemática, a discussão metodológica, as considerações sobre trabalho de campo e, por fim, as considerações finais.

O MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO

As transformações recentes no mundo globalizado têm atingido os mais diversos lugares, antes movidos por dinâmica socioterritorial mais preservada e naturalmente vivida sob menor subordinação aos fatores de inovação. É instigante e necessário compreender as novas dinâmicas escalares no território. Nesses termos, estudar as transformações territoriais recentes na agricultura não constitui tarefa simples.

Essa é uma questão bastante cara ao que vem acontecendo no Estado do Tocantins, tomamos como exemplo o município de Pedro Afonso que, assim como muitos lugares, guarda as marcas de seu tempo. Segundo os documentos históricos, antes do surgimento da rodovia Belém-Brasília, por volta dos anos de 1960, o rio Tocantins era a principal via de acesso ao centro comercial de Belém do Pará. O

Município em estudo viveu grande parte de seu tempo confinado na confluência dos rios Tocantins e Sono. O traçado da rodovia Belém-Brasília está localizado a aproximadamente 45 quilômetros do referido Município. Apesar do esvaziamento populacional para a citada Rodovia, essas povoações conseguiram criar uma base econômica e cultural que lhes permitiram atravessar um longo período histórico.

Nas últimas décadas, após os anos de 1980, as marcas do “progresso” têm ultrapassado a fronteira dos centros desenvolvidos do país e atingido essas terras até então pouco exploradas do ponto de vista da agricultura capitalista em áreas do Cerrado. “Os Cerrados do Brasil Central, entre as décadas de 1970 e 1980, foram alvo de uma grande mudança, a qual contribuiu para o crescimento da agricultura brasileira, desconsiderando, no entanto, as demandas sociais e ambientais” (MEDEIROS, 1998, p. 128).

É fato também que no interior do desenvolvimento está o desdobramento das mudanças de ordem geopolítica e política que desembocaram na criação do Estado do Tocantins. Contudo, responder em termos de pesquisa geográfica a tantas mudanças recentes requer outros desdobramentos, que podem ser oportunizados em novos trabalhos. Neste contexto, figura como objetivo importante o apontamento de caminhos que possam subsidiar e ampliar o debate a respeito das transformações recentes e seus impactos sociais e ambientais advindos, principalmente, das atividades do agronegócio no mencionado município de Pedro Afonso.

É forçoso, nesse sentido, recuarmos brevemente na história de formação territorial do então Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, em que pesem as políticas de interiorização, seguida de expulsão/proibição da permanência nas terras do pequeno produtor rural (devotado à agricultura de auto sustentação), em nome do progresso advindo dos grandes projetos de desenvolvimento do Governo Federal, em sintonia com o capital privado nacional e internacional. Citamos, portanto, a partir de 1960, o PIN (Projeto de Integração Nacional); PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento); PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste); PÓLO-AMAZÔNICO (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), dentre outros.

Em tempo mais recente, no ano de 1996, estruturaram-se em etapas, no cenário agrícola brasileiro, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER. De início com sede no Estado de Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e

Maranhão, incorporando uma área total de 350 mil hectares (INOCÊNCIO; CALAÇA, 2009, p.1).

Tendo em vista o nível de conhecimento técnico dedicado ao investimento, somado aos incentivos governamentais relativos aos critérios usados para assentamento dos investidores, dificilmente os investidores obteriam bons resultados. Devemos lembrar, contudo, que direto ou indiretamente outros atores estão envolvidos no processo: camponeses e população dos núcleos urbanos na região.

A temática agrária é indissociável da sociedade. Justificamos dizer que ela atinge a todos, positiva ou negativamente, a depender da forma como é conduzida. Rodrigues, Jucá e Barbiero (2008, p. 7) trazem resultado de pesquisa realizada no PRODECER; apesar do recuo no tempo, vale mencioná-los como parâmetro e ilustração: “[...] para instalar uma família em um assentamento da Reforma Agrária no Brasil custa entre 13,5 e 17 mil reais [...] e capacidade para gerar de 3 a 4 empregos”. Comparativamente, os investimentos realizados no PRODECER são infinitamente maiores, segundo os mesmos autores: “os lotes geram entre 6 e 8 empregos diretos, mas ao custo de aproximadamente R\$ 1.682,00 por lote [...] quase 100 vezes mais caro” (2008, p. 7). Mesmo que se justifique em termos de tamanho individual dos lotes nas duas situações, assentamento de colonos e assentamento para Reforma Agrária, podemos evidenciar que ainda há uma disparidade gritante.

Sabemos, todavia, que a mobilidade no tempo-espaço traz consigo complexidade de relações econômico-político-social. O encontro de elementos que até bem pouco tempo não se registrava tanta heterogeneidade material e imaterial ou ainda tantas convivências entre a ordem próxima e a ordem distante de Lefebvre (2001) ou a ordem universal e ordem local em Santos (2008). Nesse campo de forças, a materialidade pouco a pouco cristaliza-se no espaço rural e urbano e recria novas formas de produzir.

Soma-se a essa compreensão o apoio político nacional ideologizado pela ideia dos vazios do Centro-Oeste e que precisa ser ocupado, a partir de afirmação geopolítica. Nesse sentido justifica a transcrição de Santos (1996, p. 18):

Mas quem comanda, normatiza, disciplina, impõe uma racionalidade às redes é o mundo (FMI, Banco Mundial, FATT, organizações internacionais, universidades mundiais, as fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial [...]). Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo inclusive a consciência das pessoas. [...] o Neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços - democracia de mercado e

Neoliberalismo – são necessários [...]. A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Crédito internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. [...] Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquelas base de vida comum suscetível de criar normas locais, normas regionais.

Notamos na articulação dos fragmentos transcritos do autor que a soberania nacional propositalmente tem perdido sua autonomia para as forças do mercado, mas tais perdas de poder territorial podem ser retomadas em escala local. Ao longo do tempo, o antigo Norte Goiano, hoje Tocantins, foi marcado por uma organização política excludente em todas as instâncias e obrigatoriedade do Estado conjugada com a passividade política social dispersa no território.

Na mesma escalada do crescimento desenvolvimentista está a exclusão no território. Porém, os desafios de superação ou o ‘empate’ não são intransponíveis; equacioná-los por vias democráticas é o caminho. Os impactos socioterritoriais no campo comprovam que os empreendimentos não são discutidos suficientemente a ponto de minimizá-los.

Nas últimas décadas, foi ficando cada vez mais evidente aquilo que já se sabia – o capital pode se desenvolver e muito e, ao mesmo tempo, precisar menos do trabalhador. Por que uma das características do capital é substituir trabalho por máquina, por tecnologia e conhecimento científico. (MARTINS, 2000, p.29).

Silva segue a mesma linha de raciocínio: “O projeto modernizador da agricultura assentou-se no tripé: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos dos quais foram reduzidos à condição de escravos”(2004, p. 22). Ao proceder assim, sempre que o capital necessitar de mão-de-obra barata esta será encontrada facilmente nas periferias urbanas, atitudes essas que podem ser evitadas se levarmos em conta a insustentabilidade de tal modelo de desenvolvimento.

A LÓGICA CAPITALISTA NO TERRITÓRIO E AS (RE)EXISTÊNCIAS

A expansão do agronegócio tem chamado atenção de pesquisadores, no que pesem os impactos provocados pelas transformações territoriais recentes no Cerrado, especialmente no Centro-Oeste, tendendo um pouco menos para o Norte, mas com certo destaque para o Estado do Tocantins. Tomando como recorte o município de Pedro Afonso, na porção Leste do Estado, com a chegada de grandes empreendimentos a partir de 1996, o Município passa a respirar o “progresso”. A cidade de apenas dez mil

habitantes é convidada a viver repleta de empresários de várias partes do país e do mundo, interessados em investir no setor produtivo da soja. Lembramos que hoje a movimentação tem-se voltado para o plantio da cana de açúcar.

O apoio governamental, através da construção de grandes obras de infraestrutura, sempre apresentou incentivo ao capital privado. Dizem os moradores do Lugar que boa parte de suas vidas esperaram a construção da ponte sobre o rio Tocantins e a ferrovia Norte e Sul. “Justificam”, portanto, os incentivos recebidos por parte do Estado e a contribuição logística territorial pela escolha do Município como sede de vultosos empreendimentos.

O cenário produtivo tem mudado, sobretudo para os grandes, médios e pequenos produtores rurais com vista à produção de soja. É importante lembrara sucessão de usos antecedentes aos territórios municipais atuais de Bom Jesus, Tupirama e Pedro Afonso, principalmente. A princípio, início de 1980, veio o plantio de arroz de sequeiro no Cerrado, mesclado à formação de pastagem, agricultura de auto sustentação.

Após a desistência do plantio de arroz, em função das dificuldades de pagamentos de juros aos empréstimos contraídos junto ao Banco do Brasil, principalmente, boa parte destas terras desmatadas foram ocupadas por pastagens, ampliando as já existentes predominantes em terrenos de mata. A contribuição técnica destaca-se no processo, o plantio do capim andropógon, adaptado ao ambiente do Cerrado, fruto de pesquisas realizadas na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é, de certo modo, revolucionário. Não podemos afirmar que o problema nesse quesito da produção foi solucionado, mas um impulso positivo foi dado e permanece até hoje.

Outro marco de referência, importante para se compreender as mudanças dos usos do território no município de Pedro Afonso e adjacências e que o coloca em contato direto com o mercado mundial, diz respeito à implantação Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro (PRODECER), Fase III, iniciado em 1996. Nesta ação, o governo do Estado do Tocantins desapropriou 40 mil hectares de terras destinadas a assentar colonos produtores de soja com objetivo ao abastecimento do mercado japonês. Outros investimentos completam esse empreendimento: a Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso² (COAPA), existente há 15 anos no Município, integra também produtores de soja dos municípios de Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza

²Disponível em: <http://www.tlnoticisa.com.br/agronegocio/coapa-chega-aos-15-anos-como-referencia-no-tocantins/50072/>. Acesso em 15 jul. de 2013.

do Tabocão, Miracema, Santa Maria do Tocantins, Tocantínia, Itacajá, Itupiratins, Goiatins, Recursolândia e Centenário.

Outra empresa também de grande porte que vem contribuindo para um novo rearranjo territorial no município de Pedro Afonso (também no setor da agricultura), é a empresa CARGIL AGRÍCOLA que atua no setor financeiro junto aos produtores rurais integrados ao grupo agroindustrial BUNGE.

Diante do exposto, é correto afirmar que os dois setores da economia: agropecuária e indústria vem cada vez mais se unindo para fazer frente à transferência de renda da maioria da população sob o apoio das políticas públicas.

Até aqui apresentamos, no limite deste trabalho, uma visão geral do objeto permeada pela visão dos autores. É intenção, nesta parte, retomarmos um pouco do que foi citado, parágrafos acima, em Santos em que diz: “[...] Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquelas bases de vida comum suscetíveis de criar normas locais, normas regionais” (1996, p. 18). O que poderíamos deduzir deste fragmento é a aplicabilidade na vida prática das comunidades atingidas pelo avanço do capitalismo no campo em não perder de vista a existência e resistência numa lógica que não se confunde com a lógica imposta. Isso os tornaria politicamente e economicamente forte.

A contribuição de Smith (1997) aproxima-se do pensamento de Santos (1996) ao tecer considerações críticas centradas nos sujeitos; auxilia-nos a descer da teoria para uma visão mais palpável, tomando por base a teoria da escala. Segundo Smith é possível compreender as relações de poder travadas no território político/econômico, no nível da subordinação em que se encontram, tendo como referência a multiescalaridade e multidimensionalidade da trama de relações.

Ao abordarmos essa conceituação em Smith para as transformações recentes no território apresentado neste texto, produção de soja, açúcar e etanol, enquanto mercadorias que circulam do espaço local ao global, nos perguntamos: quais as reais consequências com referência aos impactos sociais, político administrativo e econômico negativo à maioria da população? Este é mais um questionamento desafiador que possui hospedagem em dois seguimentos científicos: Por um lado, registra-se um número considerável de pesquisadores que defendem as concepções do capitalismo agrário embarcados em concepções neoliberais, cujo pensamento baliza políticas governamentais, setor privado da economia.

Por outro, constitui o “paradigma do Capitalismo Agrária em Questão” em Abramovay (2007), obra na terceira edição. De acordo com Fernandes (2004), Abramovay“ [...] propõem uma ruptura com o paradigma marxista (p. 42) ou lenista/kautskyano (p.24) e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou”.

Parafrazeando Fernandes (2004, p. 5) em que fala de “coletivo de pensamento³”: “paradigma da Questão Agrária”, totalmente contrário ao “paradigma do Capitalismo Agrário”. Nestegravita cientistas sociais, em sua maioria geógrafos. Temos dessa forma o movimento entre duas maneiras diferentes de entender a mesma realidade. Ainda no mesmo autor, apoiando-se em Oliveira (1991), trazoutras categorias de análise: a territorialidade “é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital”.

Em função do jogo de interesses nascemas ações do agronegócio que tentam suprimir a todo custo as atividades do campo oposto ou do camponês que precisa da terra para trabalhar. Ignora totalmente a luta do trabalhador pela posse da terra. O agronegócio, contudo, não reconhece como problema a expropriação em massa da população do campo para a cidade e muito menos a luta pela Reforma Agrária, única saída para muitos, como retomada da sobrevivência fora das periferias urbanas onde cresce a vulnerabilidade ao mundo da criminalidade. É, segundo esse sistema, um problema do poder público e que o ‘progresso’ deve seguir sua trajetória natural do desenvolvimento, ou ainda, é o preço a ser pago se se deseja o progresso.

Entendemos por ‘desenvolvimento’, nesta linha de ‘organização’ territorial, o trabalho assalariado, a grande propriedade, a mecanização intensa, a especulação fundiária, os danos ambientais, a monocultura, a produção majoritária para exportação, concentração do poder econômico, político e etc.

Como (re)existência, a Questão Agrária tem-se empenhado na luta pela terra, na valorização das relações não capitalistas de produção (trabalho familiar), na criação de assentamentos rurais, melhoramento de relações pessoais, diversidade da produção, maior produção para o mercado interno, preservação ambiental, etc. Percebemos, nesse sentido, que “a lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar

³ Expressão cunhada por Fernandes (2004).

quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia” (FERNANDES, 2004, p. 23)⁴.

As ideias acima mencionadas cobram-nos um posicionamento frente ao “campo de força” travado entre ambas as concepções. Como equacionar melhor a relação produtiva no campo, quando se trata de sistemas produtivos com objetivos totalmente opostos? Quais as reais chances do paradigma da Questão Agrária sobressair, sabendo que se trata de uma luta desigual do ponto de vista do enfrentamento econômico, político e tecnológico ao agronegócio?

Não queremos nos reportar aos autores que falam do fim do camponês, tendo em vista que a resistência e a luta pela Reforma Agrária têm demonstrado exatamente o contrário: os assentamentos rurais têm acontecido, mas considerando as distâncias com relação à construção de uma sociedade mais justa, do ponto de vista distributivo de qualidade de vida, pouco tem sido feito. Basta lembrarmos que boa parte dos representantes políticos são ao mesmo tempo donos de terras e possuem poder político, econômico e “ideológico”, para lembrar a terminologia cunhada por Fernandes (2008) ao falar do poder de convencimento da propaganda nos meios de comunicações. Vale lembrar a atualidade da obra clássica de K. Kautsky (1980, p. 35): “Todo esse processo começou, conforme já dissemos, durante a Idade Média, mas unicamente o modo de produção capitalista o acelerou a ponto de subordinar-lhe toda a produção rural. Ele ainda não chegou ao fim [...]”.

O tempo de elaboração da referida obra não tira sua capacidade inspiradora/interpretativa da pesquisa na Questão Agrária na atualidade. Dada a dinâmica da fronteira agrícola brasileira em direção ao extremo Norte, o Estado do Tocantins entra como pauta do Capitalismo Agrário, mais precisamente a partir de 1980. Até então se registrava um acentuado número de famílias morando no campo, executando atividade tipicamente camponesa. A produção da policultura predominava nas terras baixas de mata (roça de toco). Nas terras de Cerrado a vegetação arbórea e arbustiva esparsa sedia lugar às gramíneas naturais e o gado era criado extensivamente. Esse cenário vem sendo reduzido abruptamente, especialmente por ter despertado interesses de empresas multinacionais, produtoras de etanol e açúcar no município de

⁴ De acordo com a ressalva do autor em nota de rodapé (p.20), “o significado do conceito de ideologia,” [...] é próximo ao definido por Gramsci, ou seja, o conceito de ideologia orgânica, que compreende o pensamento como força real, como fato, que provoca mudanças na vida das pessoas. A ideologia é uma construção política que representa os interesses, as vontades e os sonhos de classes sociais, segmentos ou grupos. (Coutinho 1989). Portanto, não há nenhuma relação com a definição marxista de ideologia como falsa consciência”.

Pedro Afonso, como irradiador também da soja para todo o Estado do Tocantins. Demonstra dimensão ideológica ou o poder de persuasão midiático do sonhado progresso, reforçada sempre com novos projetos para o Cerrado. Após passar pelo PRODECER, com a produção de etanol e de açúcar, foi lançada em 2015 pelo Ministério da Agricultura o Projeto MATOPIBA envolvendo diretamente as unidades da federação: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

É neste “complexo de sistema” - envolvendo a propriedade da terra, domínio tecnológico, capital financeiro e ideológico - que nascem novas relações de produção, como a agricultura familiar, fazendo parte do mesmo sistema. Ou ainda com outra denominação: os “integrados” da agroindústria, a exemplo do Município de Pedro Afonso e circunvizinhança. Veem-se organizando em sistema cooperativo enquanto fornecedores de matéria-prima para empresa multinacional BUNGE.

Voltemos ao questionamento da página anterior: Quais as reais chances do paradigma da Questão Agrária sobreviver enquanto classe que sempre viveu da terra, sabendo-se tratar de uma luta desigual do ponto de vista do enfrentamento econômico, político e tecnológico ao agronegócio?

Apesar de ser uma luta entre desiguais, do ponto de vista do poder de ação produtiva de mercadorias, outros fatores devem ser ressaltados através de outra pergunta: Quais as reais garantias de sustentabilidade social e ambiental o sistema hegemônico pode proporcionar? Acreditamos ser este o epicentro em que a Questão Agrária deve-se contrapor e abrir espaço, não na condição de subalterno, mas se focar nas fragilidades que já se concretizam, principalmente na escassez de alimentos, preços altos para o abastecimento da população, degradação ambiental e social e ameaças à sobrevivência de todos no Planeta.

CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS

De posse do caminho trilhado, seguiremos com as reflexões no âmbito da análise qualitativa da pesquisa em Geografia, no que podemos ilustrar ao que já foi discutido no item anterior quando falamos do Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária. Nesses dois “coletivos de pensamento”, analisar o balanço numérico quanto à disputa territorial entre camponeses e grandes proprietários do agronegócio.

Já é conhecida a grande expansão do capitalismo no campo, mas em termos percentuais, qual a quantidade dos que deixaram a terra e por quais motivos? E em

termos qualitativo, qual o grau de resistência frente às mudanças provocadas pelo uso intenso de novas tecnologias no campo? Qualé o risco para a identidade camponesa enquanto classe nessa aproximação junto ao agronegócio, tendo em vista suas lógicas ou objetivos dispares? Essas indagações remetem-nos ao que já elencamos em torno do pensamento de Smith, no sentido de repensarmos o espaço.

Portanto, a pesquisa qualitativa ou quantitativa nos trará as possibilidades, em maior ou menor intensidade, de acordo, a depender seguramente do tratamento efetuado junto ao objeto em questão. Nesse sentido, acreditamos não ser precipitada em nossas investigações a utilização de entrevistas, a análise documental e a história oral. Julgamos de antemão oportuno optar por esses procedimentos primeiro em função de poder economizar tempo e aumentar possibilidade de êxito.

As entrevistas podem constituir em um exercício maior durante a produção de informações, considerando a expressividade dos agentes frente às mudanças no espaço/tempo. Na pesquisa agrária podemos lançar mão de possibilidades de entrevistar representantes empresariais, trabalhadores, sindicatos de ambas as categorias, na intenção de confrontá-los em termos qualitativo e quantitativo. Entrevistas com representante da prefeitura local, com os pequenos produtores integrados/fornecedores de matérias-primas para empresa (majoritárias), com a população dos núcleos urbanos.

Não existe uma unanimidade por parte dos autores com relação à aplicabilidade das técnicas de entrevistas, seguramente por se constituir numa tarefa bastante complexa. “[...] Enquanto técnica de obtenção de informações trata-se de uma conversa interessada, pelo entrevistador para fins de pesquisa, pela qual objetiva-se apreender informações sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados, tanto quanto possível, em seu estado dado, objetivo” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p. 143).

Thiolent (1980), ancorado em nomes importantes da pesquisa sociológica, aponta-nos “de que modo as características básicas (idade, educação, sexo, raça, status, religião) de cada um interferem na percepção, na atitude, nas expectativas e nos motivos do outro, e como essas características condicionam, de um lado, a adequação ou a inadequação da resposta e por outro os erros” (THIOLLENT, 1980, p. 82).

De acordo com Colongese e Mélo (1998, p. 144-147), as entrevistas se classificam nos seguintes pontos: a) quanto à padronização não-diretiva, (não-estruturada); b) quanto à natureza das informações; c) quanto aos informantes; d) quanto ao nível de controle e elaboração do roteiro de entrevistas. Na intenção de melhor visualizar a padronização de cada uma delas, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1 - Classificação das Entrevistas

CLASSIFICAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE ENTREVISTAS QUANTO A PADRONIZAÇÃO	
1- Entrevista não-diretiva (não-estruturada):	<p>a) Nesta modalidade de entrevista deve haver o mínimo de interferência do entrevistador na fala do entrevistado;</p> <p>b) Entrevista semidireta (semiestruturada) – nela a formulação das perguntas são previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada. O entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto;</p> <p>c) Entrevista padronizada (estruturada): realizada através do uso de roteiro de entrevista. Segue uma sequência rígida onde quase que anula a liberdade do entrevistador.</p>
2- Quanto à natureza das informações:	<p>a) Entrevista oral: bastante utilizada em pesquisa que incluem obtenção de informações amplas e detalhadas sobre o processo social, como em História Oral;</p> <p>b) Entrevista escrita: semelhante ao questionário, em que os informantes preenchem as respostas na ausência do pesquisador.</p>
3- Quanto aos informantes:	<p>a) Entrevista individual: é a mais comum. O entrevistador utiliza um instrumento previamente elaborado e registra as informações (por meio de gravação ou anotação simultânea) verbalizadas pelo entrevistador;</p> <p>b) Entrevista grupal: é uma técnica semelhante ao processo da discussão em grupo, em que o grupo, orientado pelas questões propostas pelo entrevistado, discute determinado tema.</p>
4- Quanto ao nível de controle:	<p>a) Entrevista informal: Esta modalidade é informal porque seu objetivo principal não é esclarecer questões previamente definidas, mas alargar horizontes que permitam formular adequadamente as problemáticas a serem enfocados em entrevistas posteriores, na fase informativa da pesquisa;</p> <p>b) Entrevista formal: utilizada amplamente para coleta de informações na fase informativa da pesquisa, tendo em vista “testar” as hipóteses formuladas. Compõe-se de duas fases: a) elaboração do roteiro de entrevistas e b) realização de um pré-teste, com objetivo de determinar a eficácia dos instrumentos de coleta de possibilitar correções preliminares.</p>
5- Elaboração do roteiro de entrevista:	<p>a) A elaboração do roteiro de entrevista: sempre dependente da problemática que se pretende elucidar e explicar. [...] deve ser exaustivo e conter todas as perguntas e tópicos considerados aprioristicamente relevante, com o objetivo de</p>

	<p>orientar os rumos da entrevista. Os roteiros podem ser: a) Específico – [...] apresentam-se perguntas fechadas e/ou abertas e/ou semiabertas. Podem ter a mesma apresentação física do questionário. A diferença é que o roteiro específico, em geral é preenchido pelo entrevistador. No questionário o informante responde as questões na ausência do pesquisador. O roteiro específico se presta mais para análise quantitativa [...] pela facilidade de atingir um grande número de entrevistados;</p> <p>b) estrutural: não apresenta especificamente perguntas, mas tópicos orientadores da entrevista. Devem ser elaborados respeitando a problemática da pesquisa qualitativa como, por exemplo, história oral, história de vida, reconstrução de processos sociais etc. Como toda entrevista deve ser submetido a um pré-teste para avaliar sua eficácia.</p>
--	---

Fonte: Quadro organizado pelo autor - adaptado dos autores: Colognese; Mélo. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*. v. 9. Porto Alegre, 1998, p. 143-147.

A transcrição organizada no quadro justifica as reais possibilidades e importância de usos frente às possíveis oportunidades durante a pesquisa. Neste sentido, optamos por essa sistematização (Quadro 1) na intenção de torná-las mais visível e operacional no momento da produção das informações em campo.

TRABALHO DE CAMPO

A história do pensamento geográfico lembra-nos que alguns estudos clássicos, mais especificamente franceses, percorreram longas extensões do território brasileiro registrando em caderneta tudo o que se via. Denota daí a importância que a Geografia tem dado ao trabalho de campo, não se esquecendo de dizer que em sua trajetória de busca pelo conhecimento de novas terras e seguramente a sistematização de um corpo teórico, ora para legitimar o poder do Estado, ora em defesa da justiça social, embora esta última (Geografia crítica) à princípio, não dispunha de tanta expressividade. Foi obrigado esperar o transcorrer da história, em seus mais variados aspectos e lógica contraditória capitalista para que se pudesse falar com propriedade em justiça social nas escalas internas dos Estados-nação e escala interpaíses.

Em consonância com Turra Neto (2012), comparativamente às outras ciências, como a Antropologia, por exemplo, a Geografia não dispõe de uma vasta experiência quando o assunto é técnica mais elaborada sobre trabalho de campo, com foco nos sujeitos sociais. Explicação para essa afirmativa pode ser buscada em sua formação epistemológica, uma ciência conservadora atrelada aos interesses do Estado,

temática essa bastante retratada na obra de Yves Lacoste (1988): “A Geografia Serve antes de tudo para Fazer a Guerra”.

No âmbito da escala da pesquisa local, Lacoste (1985) chama atenção para a responsabilidade social do pesquisador em devolver aquela comunidade (sujeitos de sua pesquisa) os encaminhamentos dos resultados, no sentido de contribuir para as possíveis mudanças/necessárias àquela população.

Kayser (1985) ao falar da “análise de situação” da pesquisa Geográfica (“ótica “globalista”) sentencia: “Uma situação é necessariamente complexa, condicionada por processos e mecanismos interpretados cujo estudo aprofundado necessita da exploração (econômica, cultural, políticos e ideológicos, tanto no presente como no passado)” (KAYSER, 1985, p. 97).

Werlen (2000, p. 10) propõe que a “ação” deve substituir o “espaço” “como conceito-chave da pesquisa geográfica”. Para esse autor o sujeito é espacial, ele se espacializa, para isso seria mais condizente com nova forma de pensar “desencaixada”.

Recorrendo a Maihy (2002, p. 43), apesar das críticas levantadas, “A história oral estourou nos meios acadêmicos na década de 1970 como um novo fenômeno metodológico e político”. Como toda forma de pensar no mundo científico não conduz para uma unanimidade e perfeição, o mesmo autor alerta e nos indica que a aplicabilidade de uso da história oral condiz mais com fatos marcantes, ou seja, de maior impacto pela carga emocional efetuada e menos aos fatos rotineiros que exige/requer lembranças cronológicas.

Diante dessa e outras críticas com relação à utilização da história oral, Meihy (2002, p. 43), diz que “[...] deve se supor que exista uma documentação paralela, escrita ou iconográfica, e que os depoimentos seriam mais um complemento. O objetivo central, nesse caso, seria a documentação cartorial, escrita ou imagética. Os depoimentos seriam dependentes da documentação [...]”. Concordamos com as críticas levantadas e afirmamos que a história oral pode desempenhar papel importante na produção de informações.

No que pesem à metodologia de pesquisa qualitativa na Geografia, como já foi frisada anteriormente em Turra Neto (2012), existe ainda pouca experiência. De nossa parte diríamos ser a ainda mais escasso nos estudos sobre a agroindústria ou a disputa territorial entre agronegócio e camponês.

Nesse esforço de compreender o espaço em movimento, ou o que se exige em uma pesquisa, busca-se não somente dialogar com a teoria/metodologia para obter

informações em campo, mas no nosso próprio território de formação acadêmica. Um esforço deve ser desprendido para lidar com questões novas que “o coletivo de pensamento” ora nos convida e pode convencer através de sua coerência e esforço de somar força, e abrir caminho que encurte as distâncias e torne mais próximo da construção de uma sociedade melhor.

Tal delineamento em termos de método e metodologias submete-nos ao esforço de lidar com questões ainda não muito resolvidas no campo da Geografia, mas que somando com a atuação no campo da pesquisa empírica (e teórica), é que podemos possibilitar seu amadurecimento. Se cada pesquisa der um passo à frente este deve ser aproveitado para que os próximos pesquisadores deem continuidade.

Por fim, delineamos neste texto um possível caminho teórico metodológico para sistematização de possíveis trabalhos de pesquisa no campo da Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos um esforço significativo ao esboçar neste texto elementos que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa no espaço agrário pela via da pesquisa qualitativa em Geografia, no sentido de avançarmos frente à relação teoria/empíria. Ambas as dimensões da pesquisa constituem desdobramentos quanto à construção do objeto, das hipóteses, dos objetivos, dos sujeitos que terão vida ao serem metodologicamente interpretados e analisados. Dado que abre as possibilidades de se chegar não somente a conclusão pura e simples de um trabalho de pesquisa, mas de fato apresentar autonomia sobre seu trabalho, ou seja, seu verdadeiro autor.

Vale retomar a responsabilidade do pesquisador no sentido de divulgar os resultados da pesquisa à comunidade pesquisada, fator que torna a pesquisa um componente essencial à justiça social no campo e na cidade, tendo em vista a inseparabilidade desses dois subespaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigma do Capitalismo Agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. *A técnica de entrevista na pesquisa social*. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

- FERNANDES, B. M. *Seminário no Lincoln Institute of Land Policy e Harvard University*, EUA, 2004
- FERNANDES, B. M.; Welch C. A. *Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. 424 p.
- INOCÊNCIO, M. E; CALAÇA, M. CERRADO. *Fronteira da produção agrícola capitalista do século XX*. In: Encontro Nacional de geografia Agrária, 2009 São Paulo. Anais. São Paulo: Disponível em: <http://geofieo.blogspot.com.br/2009/01/xix.encontro.nacion>. Acesso em 10 de maio 2013.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Farias. 4 ed. São Paulo: Editora Centauro 2001.
- LACOSTE, Y. *Pesquisa e Trabalho de Campo*. Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- LACOSTE, Y. *A Geografia serve antes de mais nada para se fazer a guerra*. São Paulo, Papyrus, 1988.
- KAYSER, B. O. *Geógrafo e a Pesquisa de Campo*. Seleção de Textos nº 11. São Paulo: Teoria e Método. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1985.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MEDEIROS, S. A. F. de. et AL. *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, 228 p.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica, tempo e razão emoção*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- RODRIGUES, W.; VASCONCELO, S. J.; BARBIERO, A. K. 2008. *Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Disponível em: <http://www.agro.ufg.br/> Acesso em 02 de març. 2016.
- SMITH, N. *Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica*. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132-175.
- THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. Coleção Teoria e História 6. São Paulo: Editora Polis, 1980.
- TURRA NETO, N. *Pesquisa qualitativa em Geografia*. 2013.
- WERLEN, B. Regionalismo e sociedade política. *Geographia*, Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 7–25, 2000.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. Campo Território. *Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 1-16, 2006.